

Docência virtual: Uma visão crítica

Virtual Teaching: A critical view

[MILL, Daniel. **Docência virtual**: uma visão crítica. Campinas (SP): Papyrus, 2012, 304 p.]

Ketiuce Ferreira Silva¹

Universidade Federal do Triângulo Mineiro, UFTM, Brasil

Daniel Mill é professor e pesquisador com formação e experiência voltadas para temáticas como Educação a Distância (EaD) e Ciência, Tecnologia e Sociedade. Autor de várias obras sobre essas temáticas, o professor Mill atualmente é professor e gestor da EaD na Universidade Federal de São Carlos (SP), onde também realiza pesquisas e lidera grupos de estudos relativos ao seu contexto de atuação.

Na obra destacada aqui, à luz de uma perspectiva marxista, o autor desvela discursos presentes no contexto da EaD contemporânea e que são influenciados pelo caráter sedutor, deslumbrante e mascarador das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC)² na docência virtual. Ótica esta que evidencia o fetichismo tecnológico explorado, muitas vezes, a favor da racionalização e da fragmentação do ofício docente.

Nesse sentido a produção é distribuída em introdução, oito capítulos e referências, sustentando-se teoricamente em fontes como, Castells (2003), Kenski (2003), Kergoat (2005), Lévy (1999), Marx (1980), Mill (2011), Shulman (2004), Tardif (2002), entre outras. A discussão gira em torno das influências das inovações tecnológicas na docência em EaD, especialmente em docentes-formadores e tutores virtuais. Para tanto, são resgatados estudos e pesquisas em que o professor participou nos últimos dez anos. Recorre-se a dados extraídos de três fontes: pesquisa de doutorado com foco no trabalho do tutor enquanto docente virtual; pesquisa com professores (concomitantemente de graduação e pós-graduação) acerca da percepção que ambos possuem com relação às modalidades de ensino presencial e a distância; pesquisa sobre a condição docente de tutores em relação ao professor-formador.

No primeiro capítulo intitulado “Sobre educação a distância e docência virtual: dinâmica, complexidade, definições, preconceitos e panorama atual” (p. 19-43), Mill (2012) fala sobre terminologias, expansão e visão macroscópica que permeiam as discussões sobre EaD e docência virtual. Em relação às terminologias, Mill (2012, p. 21) aponta que falar sobre elas é indicar consciência da existência de várias visões sobre educação, e que adota “o termo EaD no feminino, como educação a distância, e também o termo educação virtual.”. Nesse sentido, o autor destaca que:

1 Mestranda em Educação na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (Uberaba - MG). Bacharel e licenciatura em Pedagogia: Docência, Gestão e Tecnologia (Uniminas-2007); Pedagoga com experiência na Educação Infantil e Ensino Fundamental I, atuante na EaD e na docência do Ensino Superior. E-mail: ketiuce@yahoo.com.br

2 Mill (2010) esclarece que o uso dessa nomenclatura direciona-se às tecnologias de base digital ou telemática, essas que medeiam a ação pedagógica na educação virtual.

(...) é preciso ficar claro que educação virtual (e os termos decorrentes, associados ao adjetivo virtual) não é sinônimo de educação a distância. A EaD é uma modalidade educacional e deve ser analisada de modo amplo e em relação à educação presencial, englobando inclusive a educação virtual. Esta, por sua vez, é apenas um tipo de EaD ou modelo pedagógico diferenciado. A educação virtual pode ser tomada como o ensino-aprendizagem desenvolvido pelo uso intenso das TDIC – uma variação organizacional de educação, com tempos e espaços fluidos, mais flexíveis e abertos. Assim, embora a educação virtual possa ser associada também à educação presencial, compreendemos que ela guarda mais identidade com a EaD”. (MILL, 2012, p. 22)

Nessa perspectiva, o professor dialoga com referenciais que apontam o estudo sobre EaD como aquele que deve contemplar aprendizado e ensino, aprendizado planejado, espaços diferenciados de ensino-aprendizagem e comunicação mediada por diferentes tecnologias. Considera-se, também, a necessidade de utilizar a palavra educação desvinculada de adjetivos (presencial ou a distância), a fim de que ela seja tratada somente como educação em que o presencial e a distância se complementem a favor da educação de qualidade.

Ao tratar da expansão da EaD, Mill (2012) relembra o histórico de críticas pelas quais a EaD passou e fala das mudanças significativamente positivas que marcam o cenário atual dessa modalidade educacional no Brasil, como, por exemplo os dados do Censo da Educação Superior³ que mostram a evolução do número de vagas oferecidas e matrículas efetivadas na EaD, do ano de 2002 a 2007. Tal progresso tem origem em aspectos como, minimização de desconhecimento, resistência e preconceito em relação à EaD; participação das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas por meio de pesquisas realizadas por profissionais que contribuem com o amadurecimento das críticas em relação a melhores práticas; crescimento da demanda no ensino superior; o desenvolvimento das TDIC que favoreceram processos avaliativos e de interatividade; políticas públicas e legislação; a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB) enquanto sistema que, por meio da união entre instituições públicas, contribui para o acesso à Educação Superior, por pessoas que vivem em regiões desfavorecidas pela oferta de cursos que atendam aos seus interesses e necessidades.

Em relação à visão macroscópica, o autor reforça a necessidade de uma visão complexa, ampla e sistêmica que contemple aspectos de caráter institucional, pedagógico, tecnológico, administrativo, dentre outros, que devem ser tratados de maneira articulada, tendo como foco o sujeito central do processo de ensino-aprendizagem: o estudante.

No segundo capítulo “A educação virtual como campo de trabalho ou sobre o teletrabalho e a polidocência como categorias de análise” (p. 45-76), Mill (2012) fala sobre as condições de trabalho na docência virtual. Como características do trabalho virtual, são apresentados aspectos como, metaformação, compartilhamento de fazeres e previsibilidade. Como membros da polidocência, fala-se do professor-autor como responsável pela elaboração do material didático, podendo ser também

3 Dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Ministério da Educação (MEC) – 2009.

professor-formador que coordena o desenvolvimento da disciplina e do docente-tutor que gerencia as atividades discentes e, conforme Mill (2012, p. 54), é o “... principal docente do teletrabalho pedagógico...”.

Para explicar o conceito de teletrabalho, o autor recorre à Lei 12.551/2011 e a obras internacionais, destacando que o assunto ainda é pouco discutido. Também sugere, a partir de Hypolyto (1997), que o trabalho docente virtual seja analisado mediante duas condições:

- O trabalho docente virtual é peculiar, mas, mesmo não podendo ser referenciado como capitalista, vem sendo submetido à lógica desse sistema.
- O docente virtual atua como assalariado e tende a constituir-se como membro das classes trabalhadoras.

A docência virtual é apontada como teletrabalho, pois se realiza a distância, fora do espaço físico do gestor e se realiza com o apoio das TDIC. Uma realidade que gera implicações que carecem de análise crítica em relação às influências produtivistas na docência em EaD. Ao fazer uma análise sobre a dinâmica da ação docente acerca de “modelos” pedagógicos em EaD no Brasil e em Portugal, Mill (2012, p. 68) afirma que, no Brasil, quem ensina nessa modalidade é um grupo polidocente, sendo o termo polidocência “... definido como uma equipe colaborativa e fragmentada, em que cada parte é realizada por um trabalhador distinto.”

O pesquisador enfatiza que a docência virtual deve ser analisada dos pontos de vista pedagógico e trabalhista. Em torno dessa segunda perspectiva, giram as discussões do terceiro capítulo intitulado “Caracterização da docência virtual: sobre os sujeitos do teletrabalho pedagógico” (p. 77-104). Com base em estudos realizados em diferentes Unidades de EaD, especialmente na Universidade Federal de São Carlos (SP), fala-se sobre a estrutura organizacional que pode ser em unidade independente ou unidade incorporada na vida universitária regular (modelo mais vantajoso) e que ambas determinam as condições e o tipo de trabalho docente na EaD. A logística pode ser de tipo virtual ou central-polos, como a adotada pela UAB, e ambas apresentam vantagens e desvantagens. Tecnologias utilizadas e desejadas, competências necessárias e aspectos agradáveis e desagradáveis relacionados à docência virtual são apontados. Sobre esses três aspectos, os posicionamentos dados pelos sujeitos da pesquisa colocam em evidência a intensificação do uso das TDIC, a necessidade de superespecialização e a precariedade das condições do teletrabalhador.

No quarto capítulo “Sobre o lugar e a duração da educação virtual: noções sobre trabalho docente em tempos e espaços virtual” (p. 105-145), as TDIC são apontadas como responsáveis pelas novas configurações de espaço e tempo que, por sua vez, são alvo da exploração capitalista. O tempo e o espaço da educação virtual são dinâmicos, flexíveis, complexos e, ao mesmo tempo, altamente valorizados pelo sistema capitalista que tem nos avanços tecnológicos um meio de otimizar esses dois fatores. Citando Castells (2003), Mill (2012) destaca que a geografia do espaço mediado pelas tecnologias digitais alimenta a ideia de que o trabalhador está disponível em qualquer lugar e a qualquer momento.

É no ciberespaço que se instalam os ambientes virtuais de aprendizagem (AVA) que, além de ser o lugar onde ocorre o processo de ensino-aprendizagem, também o

condiciona. Um espaço que, ao contrário da sala de aula física tradicional, tem sua existência condicionada à existência de quem faça uso dele (intencionalidade). O AVA desempenha importante papel na EaD e deve, segundo Pimenta e Baptista (2004), permitir as gestões administrativa e pedagógica dos cursos a distância.

Sobre a “Produção e reprodução virtual: considerações sobre o uso dos tempos e espaços” (p. 147-182), enfatizada no quinto capítulo, Mill (2012) amplia a discussão do capítulo anterior, tendo como fonte de argumentação a percepção de 150 docentes-tutores que foram entrevistados acerca de aspectos, como: espaço e tempo de produção e/ou reprodução, uso da internet, monitoramento e valorização do trabalho. A pesquisa realizada com esses teletrabalhadores da EaD evidencia uma realidade exigente, cansativa e que contribui para a intensificação do trabalho realizado em casa, espaço este que deveria ser destinado a família, atividades políticas e religiosas, lazer e ócio. Teletrabalhadores que demonstram consciência desses impactos e que mencionam fatores apontados como importantes para profissionais atuantes nessa área: convencimento, organização, disciplina, expressão, compartilhamento, dedicação, responsabilidade, cuidado e desafio.

A discussão levantada no sexto capítulo recai sobre a “Organização social e técnica dos trabalhadores virtuais ou sobre o coletivo de trabalho na educação a distância” (p. 183-224) e é subsidiada por pesquisa realizada com teletrabalhadores e representantes sindicais das esferas pública e particular. De acordo com Mill (2012, p. 183-182) “Todos os princípios da administração científica de Taylor ou a lógica da linha de montagem podem ser observados no processo de trabalho docente virtual.”, colocando o teletrabalho exposto aos riscos de isolamento, destruição do sentimento de pertença e problemas de participação coletiva que emergem de um trabalho fragmentado, intensificado e sobrecarregado. Esses fatores são contemplados na perspectiva sindical, mas essa, por sua vez, reconhece carência e necessidade de maior conhecimento, em relação ao teletrabalho. Já na perspectiva docente, os posicionamentos indicam que os riscos do teletrabalho são influenciados por aspectos técnicos, espaçotemporais, subjetivos ou de relacionamento e percepção conformista.

O coletivo de trabalho é apontado como dimensão formativa necessária na qual as TDIC são apenas possibilidades dentro de um contexto que se constitui, principalmente, pelas iniciativas (individuais e coletivas) e do intercâmbio das pessoas atuantes na educação virtual e na presencial. O ciberespaço, enquanto espaço da docência virtual, deve ser explorado, sem ingenuidade, da militância coletiva e é nessa realidade que a representação sindical dos teletrabalhadores deve se firmar. Diante disso, Mill (2012, p. 224) remete uma provocação aos sindicatos da educação, considerando que “Como pontos de partida para a busca de melhoria das condições de trabalho, sugerimos mais atenção ao contrato de trabalho e mais organização dos trabalhadores virtuais.”

Já no capítulo sete, Mill (2012, p. 225-258) fala das “Relações sociais de sexo no trabalho docente virtual: considerações sobre o sexo das tecnologias e do magistério”. À luz de referencial teórico, discute-se que, por influência histórica, cultural e capitalista, as TDIC são “coisas de homem”. Mas estas tecnologias favorecem a predominância feminina na docência virtual, pois criam condições para que o trabalho docente seja realizado em ambiente doméstico, mesmo que, na maioria das vezes,

como “bico”. Mesmo assim, a mulher continua em uma posição de executora e reprodutora de tarefas menos valorizadas, tornando-se a pessoa que tem o momento de reprodução mais afetado. Essa realidade é estimulada e aproveitada pela exploração capitalista a favor de processos que docilizem os corpos e construam uma visão naturalista diante desses fatos.

Os dados extraídos das pesquisas realizadas por Mill (2012) apontam que a percepção dos teletrabalhadores não condiz com as discussões teóricas. Homens e mulheres acreditam estar em posições de igualdade no que se refere às relações sociais de sexo, tecnologia e trabalho docente. Mas porcentagens femininas expressivas são evidenciadas quando o assunto é, por exemplo, EaD como principal fonte de renda, realização das atividades em ambiente doméstico, por conta dos filhos, e desconhecimento do sentimento de irrelevância em relação ao monitoramento da docência virtual. Referindo-se a Kergoat (1991), Mill (2012, p. 254) cita:

(...) parece-nos que os teletrabalhadores docentes carecem de algo importante para conquistar condições adequadas de trabalho, que pode ser explicitado em dois fenômenos: a) adquirir consciência de estar numa relação salarial, e b) desejar reconhecimento da função social do seu trabalho (reconhecimento de uma função útil à sociedade) (KERGOAT, 1991 apud MILL, 2012, p. 254).

Por fim, no oitavo e último capítulo intitulado “Elementos básicos para contratos de teletrabalho na educação virtual: entre as promessas e os cuidados com os direitos e deveres das partes” (p. 259-292), discute-se a dinâmica da contratação temporária, típica da EaD brasileira, em que se inserem tutores, que não têm vínculo empregatício, e professores formadores, que mesmo apesar do vínculo, atuam de maneira precária, beneficiando governo/universidade. Mill (2012) considera que uma definição contratual adequada ao docente virtual deve ter clareza quanto a: função e competência deste profissional, relação dos seus saberes com o contrato de trabalho, reconhecimento da tutoria enquanto profissão docente, implicações do teletrabalho pedagógico na docência virtual, número de alunos a ser atendido, volume de trabalho, participação na elaboração de materiais didáticos, disponibilidade, lugar e horário de trabalho, custos para a realização do trabalho, remuneração e proventos.

As reflexões problematizadas ao longo desta obra podem, inicialmente, causar certo espanto àqueles que cultivam (por opção ou ingenuidade) uma visão totalmente positiva sobre a presença das TDIC no dia a dia social, mais especificamente na educação. Mill (2012) discute com propriedade aspectos que permeiam a docência virtual e que reforçam a presença do oportunismo capitalista na Educação Superior.

Muitos são os benefícios proporcionados à educação brasileira pelos moldes da EaD contemporânea, mas muitos também são os perigos aos quais estão expostos os sujeitos deste contexto, em especial, o tutor virtual e o professor formador. Em relação a esses perigos, a discussão de Mill (2012) contribui com a re/visão, re/flexão e re/construção de conceitos e práticas que tragam para o contexto da EaD posturas mais conscientes e efetivas, em prol de melhores condições de trabalho para o docente virtual e, conseqüentemente, para a qualidade do processo de ensino aprendizagem na EaD.

Construir visão crítica acerca da educação é tarefa árdua e permanentemente necessária, que requer compromisso social e imersão crítico-reflexiva no contexto em debate. Essa postura deve ser mantida por todos profissionais que constroem a história da educação, militando por reconhecimento e melhores condições de trabalho. Em caso contrário, a educação continua sendo um palco vulnerável da exploração capitalista. Os compromissos ético e político da/para a educação começam pela conscientização das armadilhas e oportunidades que sondam a sociedade. Nessa perspectiva de contribuição social, a obra de Mill (2012) cumpre relevante papel.

Palavras-chave: Docência virtual, Tecnologias digitais de informação e comunicação, Educação a distância.

Key words: Virtual teaching, Digital technologies for information and communication, Distance education.